



## UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Jaqueline Cardoso da Silva Souza (RME/RONDONÓPOLIS) – [jaque\\_cardoso@hotmail.com](mailto:jaque_cardoso@hotmail.com)

Patrícia Kenf Gomes de Walle (RME/RONDONÓPOLIS) – [patykenf@hotmail.com](mailto:patykenf@hotmail.com)

Jacirene Lima Pires dos Santos (RME/RONDONÓPOLIS) – [jacireneedaniel@hotmail.com](mailto:jacireneedaniel@hotmail.com)

Paola Simone Alves da Silveira (PPGEdu/UFMT) – [paolasilveira.s72@gmail.com](mailto:paolasilveira.s72@gmail.com)

GT 14: MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO

### Resumo:

As transformações que o mundo sofre a cada dia refletem cada vez mais na educação em nosso país. As reformas educativas que vem sendo executadas desde a Constituição de 1988 acompanham essas transformações, e coincidem com a recomposição do sistema capital mundial, consequentemente incentivando o processo de reestruturação global da economia brasileira acompanhado do processo educacional. Impulsionados por estas mudanças, neste cenário surgem os movimentos sociais como: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Universidade de Brasília (UNB), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) dentre outros estão fortemente inseridos na Educação do Campo, trabalhando e defendendo seus interesses, a política e a economia dos trabalhadores do campo. Não somente uma educação, mas sim uma educação de qualidade e voltada para seus interesses culturais e sociais, buscando sua liberdade, sua autonomia e emancipação, garantindo a dignidade das pessoas que vivem no campo. A escola é a principal ferramenta para a transmissão do conhecimento para as pessoas, esse conhecimento se faz necessário, e são nos bancos das escolas que adquirimos e conseguimos exercer o direito de ser respeitado.

**Palavras-chave:** Educação. Movimentos Sociais. Campo.

### 1 Introdução

A educação básica do Brasil, nos últimos anos vem sofrendo grandes transformações econômicas, políticas, culturais e geográficas. É nesse cenário de mudanças significativas que buscou-se então investigar sobre os movimentos sociais por uma educação do campo. Constatando-se que a escola em qualquer lugar deste planeta existe para abrigar e formar as crianças e os jovens, além de acolhê-los nos seus anseios. É nela que deve-se encontrar não só ensinamentos, mas sim a descoberta do mundo. São esses conhecimentos que passam a constituir forças transformadoras para as condições de vida e de trabalho em todos os setores da atividade humana.

Mediante a estes entendimentos, neste trabalho, procurou-se focar em diferentes concepções de escola do campo, sabendo que ela é que trabalha envolvendo desde os interesses, a política, a cultura e a economia dos diversos grupos de trabalhadores do campo (Garske, 2008).

Considerando que os colonos em sua experiência histórica, estão tomando consciência de suas condições, atribuindo à educação a possibilidade de lhes fazer desta situação, lutam por uma escola melhor, embora as condições que levam o colono a negar-se a vida do campo, e a procurar na cidade, são melhores condições de trabalho e melhores oportunidades de escolarização para seus filhos.

Uma das características marcantes que vem projetando a identificação desse movimento, é a luta do povo do campo por políticas públicas que garantam o seu direito a educação, e a uma educação que seja no e do campo, pois o povo tem o direito a uma educação no lugar onde vive associada a sua cultura e as suas necessidades humanas e sociais. O fato de o trabalhador rural atribuir importância à escola, e ao saber que ela vincula, não significa que esteja implicitamente a admitir ou a passar a ideia que apenas esta escolarização básica resolva por si só os problemas dele e de seus filhos.

Para o desenvolvimento desse estudo, realizamos pesquisa bibliográfica que nos possibilitou um aprofundamento teórico sobre o tema aqui trabalhado. O aporte teórico foi construído por meio de um trabalho que abrange seleção de obras, leituras críticas e reflexivas, resenhas e análises.

## **2 Desenvolvimento**

Para uma melhor compreensão a cerca da discussão sobre educação do campo, necessário se faz apresentarmos alguns elementos do percurso histórico que expressam a histórica ausência de políticas públicas para os grupos mais populares da sociedade, dentre os quais destacamos os do campo. Não iremos, contudo fazer um levantamento histórico profundo, mas destacaremos apenas pontos importantes para o entendimento das questões apresentadas.

A escola foi instituída no meio rural brasileiro na metade do século XX. As necessidades foram surgindo com as novas estruturas sócio-agrárias do país, o que necessitou de mão de obra qualificada com o fim da escravidão.

A partir de 1930, as políticas públicas passaram a serem implementadas. No período compreendido entre 1940 e 1950, a escola rural contou com um grande número de projetos e programas por parte do governo, dos educadores e com patrocínio de programas norte-americanos, com o intuito de atingir o maior número de trabalhadores rurais em vários estados brasileiros.

Nos anos entre 1940 e 1950 as ideias do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova (1932) com os educadores Lourenço Filho, Anísio Teixeira, Fernando Azevedo e outros, propuseram a universalização do ensino primário, bem como exigiram do governo maior prioridade à área educacional. Esse movimento desencadeou as lutas sociais, que emanou uma corrente do progresso material e espiritual de que proveio viver e lutar.

Entre os anos de 1960 e 1970, a educação tomou outro foco, encadeado pelo desenvolvimento do capitalismo, propondo valores como a industrialização, a educação neste período voltou-se para o trabalho, predominando a teoria do capital humano. Isso fez com que a educação fosse planejada em função de qualificar a mão de obra para atender as necessidades industriais. Essa política de desenvolvimento e trabalho caracterizava a educação escolar como forma do homem se inserir neste mundo inovador, numa perspectiva de ser um sujeito econômico, produtivo, agente da construção da história da nação. Segundo Gonh (1999), a importância de educação vem passando por um desenvolvimento, na medida em que passa a não se limitar tão somente aos processos de ensino-aprendizagem, indo além dos espaços educacionais, das residências, dos movimentos sociais ou das manifestações culturais. Estando dessa forma de acordo com a LDB nº. 9394/96, uma educação não formal que acontece fora da escola denominada como um novo campo de educação.

Ainda no século XXI, vemos nas escolas do campo, a implementação da educação pensada para o meio urbano. Compreendendo que no âmbito das políticas públicas, escola deve ser para atender as necessidades dos alunos. Para que esta Educação do Campo seja tratada de forma diferenciada, foi sancionada no mês de janeiro de 2001, a lei nº. 10172, que estabelece o Plano Nacional de Educação:

A escola rural requer um tratamento diferenciado, pois a oferta do ensino fundamental precisa chegar a todos os recantos do país e a ampliação da oferta das quatro séries regulares em substituição as classes isoladas unidocentes é a meta a ser perseguida, consideradas as peculiaridades regionais e a sazonalidade (PNE. INEP, 2001, p.49).

Cabe aqui salientar que não devemos nos limitar pensando em educação na zona rural apenas para séries iniciais. Devemos nos atentar também para a educação infantil e para a terceira idade que vive no campo, pois é um direito inegável e garantido por lei que todos tenham acesso na escola.

Mas encontramos um descaso quando falamos em educação do campo, principalmente quando desvalorizam a cultura, as crenças e os saberes dos sujeitos do campo, descaracterizando a identidade dos trabalhadores rurais, como se a história do campo fosse ter sido superada ou mesmo esquecida. Esse descaso vai além, esta bem visível nas condições das estruturas físicas das escolas, da distância que separa os alunos da escola, da falta de recursos, da formação de professores que não possui vínculo nenhum com a própria escola do campo. Isso reflete no número de analfabetos que temos no meio rural. Nem mesmo assim, encontra-se no âmbito municipal, estadual e ou federal existem projetos políticos que possam mudar esta triste realidade.

A preocupação e as lutas pela escola do campo fizeram com que várias organizações surgissem em defesa de um projeto que organiza a educação escolar do campo. Esses movimentos e instituições sociais lutam em defesa de homens e mulheres trabalhadores do campo, que se assumam como sujeitos de sua existência e que se reconheçam como sujeitos de direitos.

Para tanto a educação do campo deve ter uma concepção positiva do que seja o meio rural, e além do mais, ter uma educação diferenciada, um projeto político pedagógico que tenha significado do que seja realmente o campo na realidade dos seus sujeitos. O campo deve ser compreendido como um espaço de vida, de relações sociais, históricas, culturais, de lutas e de produções.

O nome ou a expressão educação do campo já identifica também uma reflexão pedagógica que nasce das diversas práticas de educação desenvolvidas no campo ou pelos sujeitos do campo. É uma reflexão que reconhece o campo como lugar onde não apenas se reproduz, mas também se produz pedagogia, reflexão que desenha traços do que pode se constituir como um projeto de educação ou de formação dos sujeitos do campo. É um projeto que reafirma como grande finalidade da ação educativa ajudar no desenvolvimento mais pleno do ser humano, na sua humanização e inserção crítica na dinâmica da sociedade de que faz parte (CALDART, 2002, p. 29-30).

Não devemos pensar na educação do campo como uma escola pobre para filhos de pobres, temos que nos atentarmos na educação que está posta. Devemos construir uma imagem positiva da educação do campo que queremos.

## **Movimentos Sociais a favor da Escola do Campo**

As políticas para a educação escolar do campo começaram a serem difundidas a partir dos anos 90. Porém só em julho de 1997, em Brasília, no final do I ENERA - Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária, através de uma requisição feita pelos Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em parcerias com a Universidade de Brasília (UNB), com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), com a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Cada uma dessas entidades desenvolvem seus trabalhos com a finalidade de resgatar a identidade dos sujeitos do campo, bem como a valorização das terras.

Lutar pela escola do campo é garantir que os filhos dos trabalhadores rurais vivam experiências humanas e culturais de forma coletiva, as quais são negadas fora da escola. É garantir a conservação dos valores da cultura do modo de viver do homem do campo refletindo em suas histórias

O nome ou expressão educação do campo já identifica também uma reflexão pedagógica que nasce das diversas práticas de educação desenvolvidas no campo ou pelos sujeitos do campo. É uma reflexão que reconhece o campo como lugar onde não apenas se reproduz, mas também se produz pedagogia, reflexão que desenha traços do que pode se constituir como um projeto que reafirma como grande finalidade da ação educativa ajudar no desenvolvimento mais pleno do ser humano, na sua humanização e inserção crítica na dinâmica da sociedade de que faz parte (CALDART, 2002, p. 29 – 30).

A resolução CNE/CEB de 03 de abril de 2002, portanto institui as Diretrizes Operacionais para a educação básica nas escolas do campo. Nessa resolução percebe-se o reconhecimento de que a escola do campo tem identidade vinculada à realidade na qual esta inserida.

### **A Formação dos Sujeitos nos Movimentos Sociais por uma Educação do Campo**

Na declaração por uma Educação do Campo, menciona-se que devemos reconhecer a caminhada dos movimentos sociais do campo, como expressão do povo organizado que faz e que pensa sobre a vida no e do campo. Das suas práticas de organização, da sua luta social e da educação podemos extrair muitas lições para a educação do campo. O povo que vive no campo tem que ser o sujeito de sua própria formação, que lutam por sua liberdade, sua autonomia e sua emancipação. Esses

movimentos sociais lutam pela reforma agrária e por políticas públicas relacionadas a direitos sociais básicos que garantam dignidade.

Captar as concepções de liberdade, autonomia e emancipação nas experiências pedagógicas dos movimentos sociais populares rurais do campo pressupõe decifrar o papel que estes movimentos desempenham nos processos de reformas e/ou de transformação social. Teriam estes movimentos potencialidade para serem considerados sujeitos da história ou estariam condenados ao desaparecimento com a destruição da produção camponesa familiar em decorrência do avanço do capitalismo no campo? Que desafios enfrenta o movimento camponês na América Latina, particularmente no Brasil, para fortalecer-se sujeito político coletivo e, assim, integrar o sujeito histórico da transformação social? [...] (Ribeiro, 2010, p.73).

Garske (2008) considera que a educação do campo necessita envolver os sujeitos, pois todos possuem história, sonham, tem nomes e rostos, lembranças, gêneros e etnias diferenciadas. Cada sujeito individual e coletivamente se forma na relação que pertença a terra e em suas formas de organização solidária. Entretanto, a educação que se realiza na escola precisa ter o currículo voltado para que os sujeitos que vivem no campo possam ter condições de refletir a educação ligada à realidade da vida no campo.

A escola deve ser um espaço de formação humana, abrangendo a formação para os valores, para o trabalho, para sua formação cultural, formação política, para o lúdico, e formação para a vida e para a terra. Garske (2008) argumenta que a intencionalidade político-pedagógica que fundamenta esta política é a garantia da formação de alunos (as) que se construam como sujeitos sociais e políticos, dispostos à tarefa de transformar-se e humanizar-se enquanto transformam e humanizam o mundo em que vivem.

### **Considerações Finais**

A finalidade deste trabalho sobre movimentos por uma educação do campo, é de mostrar a sua significância e demonstrar que ela é um direito que não pode ser tratado como um serviço, nem como uma política compensatória, mas sim para o desenvolvimento e o progresso do educando que habita no campo. Considerando que o povo tem o direito a ser educado no lugar onde vive. O mais importante é provocar situações de aprendizagem significativas, para que ele possa evoluir.

Hoje há um elevado índice de trabalhadores rurais sem terra espalhados por todo o país, vivendo em condições subumanas e que são os sujeitos destas novas práticas de educação do campo.

Desse modo, entendemos que a educação para os filhos desses trabalhadores rurais devem possibilitar o acesso à escola e ao saber historicamente constituído como o repensar de nossas práticas e, a partir dela, a luz do conhecimento teórico, construir um projeto que vise atender as necessidades e as expectativas dessa demanda social. Trabalhar a pedagogia da esperança, evitando, que o aluno do campo perca a esperança de seguir as ideias dos movimentos sociais, impedindo assim, a evasão e a incompetência, mudar o tempo das atividades escolares, evitando a fragmentação do saber.

É essencial fundamentar as questões pedagógicas no Art. 98 da LDB, tendo como princípios que a educação seja um instrumento da sociedade para promoção do exercício da cidadania, fundamentada nos ideais de igualdade, liberdade, solidariedade, democracia e justiça social. Tendo por finalidade, o pleno desenvolvimento do aluno e seu aperfeiçoamento, a formação dos cidadãos capazes de compreender criticamente a realidade social, e principalmente conscientes de seus direitos e responsabilidades.

## Referências

ABRÃO, José Carlos. **O educador a caminho da roça**: notas introdutórias para um conceito de educação rural. Campo Grande, MS: Editora Universitária UFMS, 1986.

BRASIL. **Lei n.º. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília, 1996. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)> Acesso em: 15 abr. 2010

BRASIL. **Resolução CNE/CEB n.º.1, de 3 de abril de 2002**. Brasília, 2002. Disponível em: < <http://www.portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012002.pdf>> Acesso em: 13 jul. 2010

CALDART, Roseli Salette. Por Uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. In.: **Por Uma Educação do Campo: Identidade e Políticas Públicas**. 4 ed. Brasília, 2002, p. 25-36.

CALDART. **Educação Popular no Meio Rural**. In.: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR: TEORIA E PRÁTICA NO COTIDIANO DA ESCOLA, 2., 1995, Porto Alegre. **As experiências pedagógicas nas escolas do MST**. Porto Alegre, RS: Editora Vozes, 1995

GARSKE, Lindalva Maria Novais. **Trajatória de Escola Rural no Contexto Brasileiro; As Intencionalidades traçadas políticas oficiais**. Texto apresentado na UFMT, Rondonópolis, 2008.

GOHN, Maria da Glória. *Classes Sociais e Movimentos Sociais*. In: **Reprodução Social, Trabalho e Serviço Social**. Brasília, DF: UnB, 1999. p. 36-54.

KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo. CALDART, Saete Roseli (orgs.) *Articulação Nacional por uma Educação do Campo*. In.: **Por uma Educação do Campo: Identidade e Políticas Públicas**. 4 ed. Brasília, 2002.

RIBEIRO, Marlene. **Trabalho e educação no movimento camponês: liberdade ou emancipação?** Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n42/v14n42a03.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2010.